

# O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA: O BRASIL COMO LIDERANÇA EM MINUSTAH E AS DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS (2004-2014)

<sup>1</sup> RAISHA CONCEIÇÃO SILVA

<sup>2</sup> ADRIANO BRAUN

**RESUMO:** Com política diplomática neutra, o Brasil afirma não ter conhecimento de denúncias direcionadas ao comando militar de MINUSTAH enquanto elas circulam pela internet e grandes mídias jornalísticas, inclusive reconhecidas pela própria Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, figura mediadora entre o Haiti, que recebeu a missão de paz e os diversos países que participaram da construção delas, lidando também com cobranças externas e internas em busca de respostas, tendo como um de seus principais agentes de cobrança as ONGS, organizações de defesa dos Direitos Humanos e militantes, inclusive locais, que solicitam investigações concretas e comprometimento, além da responsabilização dos países de origem dos acusados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Missão de paz, Brasil, Organização das Nações Unidas, Direitos Humanos, MINUSTAH.

## INTRODUÇÃO

No ano de 2004, o Haiti atraiu os olhos da Organização das Nações Unidas, por próprias mãos definida como “organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais”. O país passava e ainda passa necessidades de todas as formas por conta uma crise em grandes proporções políticas, sociais e econômicas que, como outros países do continente africano, tem seu pano de fundo desde os tempos de colônia, nesse caso, da França, embora os conflitos tenham estourado na no início do século XXI.

A saída do presidente Jean-Bertrande Aristide, um ex-padre que se tornou político e estava no poder desde 2001, embora já tivesse ocupado esse cargo em 1991, 1994, 1995 e 1996, sempre causando a insatisfação de uma parcela da população que, mesmo pequena, possuía os recursos necessários para atrapalhar a linearidade de seus períodos de mandato. Sua última retirada inflamou os conflitos entre seus favoráveis e contrários, além de elevar os níveis de violência no país, que desde sua origem como nação independente, nos anos de 1700, vem mantendo relações tensas e rasas (não raramente banhadas com sangue) entre a figura política do Estado e a sociedade.

Sua reprovação entre os eleitores cresceu mais ainda depois de rumores que fraude nas eleições legislativas, em 2000. Nessa situação de fragilidade, o país enfrentava (e ainda enfrenta) também conflitos em microesferas, diretamente afetadas pelo que acontece em grandes proporções.

Dentre elas, o estudo dessa pesquisa, denúncias de inúmeras formas de violações de direitos humanos, desde prisões arbitrárias a massacres, que não receberam atenção da Organização das Nações Unidas e por meio de mídias independentes ao redor do mundo que

<sup>1</sup> UNIVAG – Centro Universitário. Área do Conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Direito. Aluna da disciplina TCC II, turma DIR 15/1-AN. E-mail: contatoraisa@outlook.com

<sup>2</sup> UNIVAG – Centro Universitário. Área do Conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Direito. Mestre. Orientador. E-mail: braun.adriano@gmail.com

voltaram suas atenções para o que mais ninguém ouvia: as vozes dos moradores das cidades usadas como base para uma missão de paz que visava auxiliar na reconstrução política e material do país, MINUSTAH, que causavam mais problemas e dores ainda para um povo que se via cada vez mais fragilizado.

No início, pouco se falava sobre o assunto e infelizmente, a maioria dos casos noticiados veio à público por conta da pressão dos populares, enquanto nada partia da própria Organização das Nações Unidas, nome acima da missão.

Envolvendo diretamente o Brasil, responsável pela organização militar dos contingentes, uma investigação e, caso necessária, condenação, não se afasta das responsabilidades do nosso Estado, que foi presente e tomou diversas iniciativas quando a missão foi pensada como uma saída para auxiliar o país, mas silenciou sobre os acontecimentos relacionados com uma possível negligência que resultou em mais uma agressão aos habitantes, que ainda não viram uma resolução ou ao menos uma atenção direta e consistente ao assunto

Em tempos em que as instituições passam por dificuldades de legitimação social e alcance de suas atividades entre os mais jovens, manter casos graves sem acompanhamento e deixados à própria sorte coloca em credibilidade os objetivos da missão e a aplicação da justiça no que envolve os direitos humanos, afinal, foi humanitário o caráter de envio dessas tropas e essas atividades são legitimadas por uma Organização de caráter mundial e figura essencial da política internacional.

O silêncio e a ausência de esforços para conhecimento das causas que criaram esse cenário de insegurança é prejudicial em diversas dimensões. Não dar respostas aos ofendidos os coloca dentro de uma dupla vulnerabilidade, sem saber como devem lidar com traumas gerados dali em diante.

## 1. O PASSADO E PRESENTE DA HISTÓRIA HAITIANA: UM PANORAMA DE VIOLÊNCIA E A CRIAÇÃO DE MINUSTAH

A Revolução Haitiana, que deu ao país a eliminação da escravidão e independência, teve que se levantar contra invasores europeus para conseguir sobreviver à exploração por eles imposta desde meados dos anos 1400, com a chegada do italiano Cristovão Colombo. Quando a situação se tornou insustentável, uma batalha brutal cresceu por toda a ilha, escravos se levantaram contra seus algozes e lutaram com suas vidas pelo direito de serem livres. Toussaint de L'Ouverture, o líder e rosto da Revolução, comandou com mãos de aço as ações de seus conterrâneos até a vitória e foi morto após ter sido denunciado por um dos seus, num gesto de traição. Os três exércitos com os quais liderou batalhas, por vezes todos juntos, foram incapazes de derrubá-lo em combate.

O Haiti tornou-se o primeiro país independente da América Latina e mundialmente, sustenta a glória de ter sido também o primeiro a ser comandado por cidadãos de ascendência negra, comumente resignados aos espaços de casas, engenhos e plantações em outros lugares do mundo, mas as mazelas trazidas pelos invasores se perpetuaram em um histórico de violência e precariedade social, política e principalmente econômica.

GALEANO (1976) é cirúrgico em suas observações sobre a economia local, controlada por diversos países em jogadas políticas, também durante o período de revolta:

“[...] Porém logo sofreu, à medida que sua independência ia-se fazendo inevitável, o bloqueio da França. Cedendo à pressão francesa, o Congresso dos Estados Unidos proibiu o comércio com o Haiti em 1806. Logo em 1823, a França reconheceu a independência de sua antiga colônia, mas em troca de uma gigantesca indenização em dinheiro.”

Em verdade, o país se recupera em passos lentos de diversas crises que se acumulam há séculos e seus ápices dizem mais sobre o contexto do tempo em que se encontram do que sobre a própria organização interna haitiana. A que gerou a criação de um comando de missões de paz é a mais recente e por isso seus caminhos podem ser lidos com mais facilidade em início, meio e fim. Sobre o encerramento da missão, em 2017, General Ajax Porto, comandante de MINUSTAH, conta em entrevista para a filial brasileira da ONU News:

“Missão cumprida. Nós estamos saindo na hora certa. Nós ajudamos o Haiti a alçar rumos mais altos. Eu costumo dizer que é como se nós tivéssemos treinado juntos. Nós e eles preparamos o avião para decolar. Eles vão descolar agora.”

Um ponto por vezes esquecido nos documentos oficiais, mas importante para a compreensão de como estava o cenário político local é que, antes mesmo da chegada da missão de paz, o próprio governo (já que somente a figura do presidente foi derrubada, contando com apoio e represália da população perante sua figura) organizou um comando provisório internamente e com a assinatura de um pacto.

Não foi suficiente para acalmar a violência dos ex-militares, colocados em reserva pelo governo e por isso eram contrários ao ex-presidente (e também a todo o seu bloco de governo), que reivindicavam todos os envolvidos com ele de fora do poder e estavam dispostos a lutar por isso, mas, em tempos como os que passavam, o acordo interno trouxe alguma segurança política para o povo, mesmo que frágil.

Com todas essas ocorrências e a população inserida no meio do conflito, as consequências e riscos de deixar o país por conta própria para cuidar disso acabaram chamando a atenção não somente de órgãos internacionais de proteção às crianças e mulheres, mas das próprias Nações Unidas e de seus signatários, com foco nos países latino-americanos que viam mais de perto os resultados do que logo seria reconhecido como uma crise humanitária de grandes proporções. O secretário-geral da ONU, na época o ativista e já vencedor no Nobel da Paz Kofi Annan, recomendou o ingresso de uma missão de paz para estabilizar os ânimos no país e garantir a segurança dos habitantes.

MINUSTAH, como foi chamada a proposta de intervenção depois de apresentada e aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, significa, em tradução livre do francês para o português, Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, que estrategicamente não passou despercebida como qualquer outra missão por ter, pela primeira vez, países emergentes no comando das equipes, entre eles e o rosto da liderança das tropas militares que foram inseridas, o Brasil.

A ideia da novidade era inaugurar um novo modo de colaboração entre os países signatários e uma nova política de auxílio, especialmente os da América Latina, por uma proximidade que logo mais será discutida e a Organização das Nações Unidas, que se diferenciaria pelo foco em desenvolver alternativas sociais, econômicas e políticas junto com a segurança, para que o país se reerguesse, trazendo um foco diferente das missões lideradas pelos Estados Unidos, que injetavam dinheiro nas localidades para amenizar problemas mais gritantes como a fome e a sede e logo deixavam o país sem de fato estruturarem uma melhora a longo prazo para a população que ali continuava.

Todas essas mudanças encabeçavam um objetivo político vindo de dentro do Brasil com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, ou, simplesmente, Lula, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), pela primeira vez em 2003, um ano antes da criação de MINUSTAH: uma diplomacia forte e de liderança para os outros países da América Latina, se soltando de alguma co-dependência norte-americana ou europeia, inclusive com a retomada do MERCOSUL como potência em nível do G20. Além disso, uma aproximação com a própria ONU era visada, com o Brasil cobiçando um assento fixo no Conselho de Segurança e com esse contato mais próximo entre esses países, militar pela redução das barreiras de tarifas impostas aos países em desenvolvimento pelos Estados Unidos, que afetava diretamente os rendimentos brasileiros. Em resumo, a busca era pela visibilidade internacional, esperando que o país fosse reconhecido como capaz de participar ativamente de políticas discutidas entre os parceiros de Organização, países desenvolvidos.

Tudo isso corroborado pela conclusão de que não haviam interesses comerciais nem do Brasil e nem do Haiti, o país mais pobre das Américas, confirmando que esse não era o caráter principal da missão e a os gastos com o aparato e manutenção da mesma foram pequenos demais para serem pensadas para outras situações além da vontade de prezar pela recuperação do Estado. MINUSTAH, em três anos, custou 185 milhões de dólares pro Brasil, em valor aproximado com a atual cotação do dólar entre variantes de quatro reais até quatro reais e trinta centavos, seriam equivalentes à 786 milhões de reais, entre infraestrutura levada aos país pelos soldados, custos de transporte, manutenção, treinamentos e alimentos.

Diferente de outras missões que já tinha participado dentro do continente africano em caráter humanitário, mesmo sem de fato encabeça-las, como em Moçambique ou Angola, acumulando experiências nesse tipo de prática em solo do continente africano, havia em torno do futuro contato do Brasil com o Haiti uma aura de solidariedade e boas expectativas, que é difícil afirmar serem políticas ou, de fato, apenas uma boa recepção local para a ajuda que viria do exterior, mas os infortúnios materiais do país pareciam incomodar as figuras de autoridade brasileiras, como exemplo: quando ministro das Relações Exteriores nesse período, Celso Amorim afirmou em ao vivo em sessão de plenário à época enquanto angariava recursos no Senado Federal: “Se não exercermos nossa responsabilidade, outros o farão.”

O comportamento dos soldados brasileiros para com o povo também foi citado pelos relatórios oficiais emitidos pelo Brasil como um diferencial, além de argumentos que consideram fatos históricos, como por exemplo, não poder isolar tudo o que vinha acontecendo (e ainda vem) das condições que foram construídas, inclusive tratando-se do passado colonial do país. Contemporaneamente, o Haiti continua debilitado e ainda não se recuperou dos seguidos desastres naturais, com o terremoto de 2010 sendo considerado o pior dos últimos 60 anos pela Organização das Nações Unidas.

Conforme TROUILLOT (1990), países de terceiro mundo, ou as periferias do capitalismo, continuam às margens e sendo mandados por países que estão no centro desse sistema econômico, inclusive colocando essa relação como uma espécie de nova colonização, apesar do caráter “independente”, essa imposição ainda é resquício do que um dia foi um poder forçadamente instituído por aquele que veio de fora, em poucas palavras, o colonizador. Em mesmo sentido, segundo dados da própria Organização das Nações Unidas, o Haiti é o país mais pobre das Américas e um dos mais pobres do mundo, com quase 60% da população sobrevivendo abaixo da linha da pobreza e 24% na extrema pobreza, tendo como renda diária aproximadamente quatro reais por dia.

Essas informações, que parecem distantes no início, se conectam quando pensadas pelo lado da história das mentalidades. A ausência de um passado em comum de colonizados despe os soldados do papel de invasores, como poderiam ser recebidos pelos habitantes, cientes do passado de exploração de seu lar e temerosos diante da vulnerabilidade em que se viram imersos.

Em mesmo sentido, escreve Correa (2014):

“Além disso, existe certa confiança da parte dos militares e políticos envolvidos na participação do país Haiti de que o Brasil é portador de uma espécie de “índole pacifista” que faria de MINUSTAH uma operação de paz menos impositiva e mais eficaz.”

Apesar disso, não se nega o cumprimento de parte do que se desejava com a missão em alcançar algumas de suas metas previstas, como impedir o engajamento de grupos armados em atos violentos, uma vez que muitas passeatas pacíficas foram asseguradas por equipes de monitoramento, cientes de que populares poderiam correr riscos diante de revoltosos armados. Essas observações de interação entre civis e soldados, por mais que positivas, são insuficientes pra serem sustentadas a longo prazo (afinal, trata-se de uma crise em diversos aspectos), a convivência diria muito mais sobre como realmente seria esse processo temporário de integração.

Aqui se insere com mais presença a figura da Polícia Nacional Haitiana (PNH), que continuou ativa mesmo com o início da missão, e com uma fama de truculenta e violenta que vem até antes da chegada dos soldados azuis e que a ONU tem total ciência, afinal, publicou sobre isso no Human Rights Watch em 2006, sendo essa uma organização internacional com foco em pesquisas sobre direitos humanos. Entretanto, as interações entre a Polícia local e MINUSTAH acabou bem próxima desde a chegada da intervenção e era essa a recepção esperada, afinal, estavam previstas no planejamento da missão como forma de apaziguar os conflitos locais armados que, segundo o mesmo relatório, não eram novidade em território haitiano. O que inicialmente tinha ares de conflito, parece ter acabado em cumplicidade. O apoio à Polícia Nacional do Haiti (PNH) também constituía uma tarefa claramente estabelecida no mandato. Esta tarefa, aparentemente simples, mostrou-se um enorme problema. Aquela instituição policial, na realidade a única força legal do país, encontrava-se, quando da chegada da força de paz, em péssima situação, acumulando os mais graves problemas, tais como, corrupção, falta de equipamento, abusos constantes de direitos humanos, atuação como polícia política, uso extremo de violência, instalações destruídas, deficiência de efetivo e equipamento, além de total descontrole. (BRAGA, 2017, p. 39)

As denúncias recolhidas também não se colocam separadamente entre uma polícia e outra, mas do que parece ser um coleguismo. A PNH, agora com a ajuda dos soldados que o povo reconhecia como legítimos para estarem ali, conseguia ingressar em locais nos quais era barrada antes, muitas vezes pelos próprios moradores, que conheciam a agressividade e a dificuldade de manter um diálogo com esses profissionais.

Esses relatos não constam nos documentos brasileiros oficiais da missão, apesar de outros pontos como a falta de equipamento e dificuldades de logística estarem citados como obstáculos. A Harvard Law Student Advocates for Human Rights incluiu esses depoimentos de moradores em seus relatórios, que descrevem não somente violências e violações dos direitos humanos vindas dos embates políticos entre os apoiadores e críticos de Aristide, o presidente antes dos conflitos, mas também da Polícia Haitiana com o apoio de MINUSTAH, relatando execuções sumárias que não passaram pelo processo judicial devido e prisões arbitrárias sem critérios ou crimes reais para a reclusão dos sujeitos.

Os relatos dividem as responsabilidades de estupros e assassinatos entre os dois poderes de polícia atuantes no país naquele período, inclusive, com a notícia que mais ganhou holofotes na época sobre soldados franceses, também participantes da mesma missão (lembrando que cabiam ao Brasil e ao Chile o comando das tropas, mas não a participação exclusiva desses países. Diversos da Europa como Portugal e França também colaboraram de forma direta ou não) que negociaram com uma criança de sete anos a troca de uma garrafa de água e um pacote de biscoitos por sexo oral, noticiado pelo jornal britânico BBC em 2016.

É importante, neste ponto em que as denúncias são abordadas com mais amplitude, esclarecer que esses soldados não são funcionários da ONU, mas estão sendo apoiados por ela e seus países de origem, especialmente no que se refere ao dinheiro e comando durante as missões para as quais foram designados, sempre mantendo em vista o caráter militar do apoio oferecido ao Haiti.

O Brasil também recebeu documentos pertinentes ao assunto, o conselheiro Aderson Bussinger Carvalho entregou um relatório sobre as denúncias que colocavam soldados brasileiros como responsáveis por alguns dos casos para a presidência da OAB. O material tem o mesmo tom de depoimento e denúncia, com caráter que orienta o fio desse trabalho, apontando os abusos cometidos pelos capacetes azuis e, quando não protagonizados por eles, acobertados, mas cometidos pela Polícia Nacional Haitiana. O fato é que muitas foram as falhas em proteger a população civil e denunciar os abusos das autoridades locais ou estrangeiras.

Esses abusos não são somente os físicos, mas de autoridade. Num raciocínio, um país em crise política, sem presidente, sem outra figura de poder centralizado, mas habilitado com uma polícia local (mesmo que problemática e debilitada) e soldados vindos do exterior com a missão de restabelecer a ordem, fica claro que eles eram o máximo que se aproximavam de figuras de autoridade. MINUSTAH também teve conflitos, já que apoiadores de Aristide não conferiam nenhuma legitimidade nem aos soldados e nem para qualquer tentativa de reerguer o poder sem a presença do mesmo.

## 2. A CHEGADA E ATUAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES BRASILEIRAS

Com sua atuação ativa e abordagem diferente das usuais, esperava-se que o Brasil fosse capaz de criar um projeto sustentável, possível de pacificação e que fosse de fato efetivo quando a missão se retirasse. O que confirma o pensamento condutor das políticas humanitárias: o país tinha a capacidade de ser visto como opção em comandos dessa alçada e uma esperança para as Nações Unidas, já que as forças norte-americanas e canadenses iam e vinham dos país há sessenta anos e continuavam sem prover grandes benefícios ou melhorias significativas. Correspondendo à essa conclusão, conta um haitiano entrevistado pelo Jornal GLOBO que estava na capital haitiana a convite do Ministério de Defesa do Brasil:

“ — Acho que estaríamos pior sem os brasileiros, mas não há empregos. E a miséria só cresce — relata Luck George, um haitiano de 29 anos, dois filhos, que vende pinturas a US\$ 10 em frente a um monumento em celebração à independência do país. — Eu estou aqui para tentar levar alguma coisa para minha família. Todo mundo faz o mesmo.”

Ao total, o Brasil enviou cerca de 37 mil militares, organizados em 26 contingentes que se revezavam nas atividades das missões que duraram uma década, mas com a vontade do país de se posicionar com mais afirmação perante a ONU, apenas enviar tropas, ou mesmo liderá-las, não seria suficiente. Por isso sua atuação foi voltada também para a presença em grupos de discussão e articulações sobre o que seria feito e contato com ajudas civis e militares regionais.

Inicialmente, o planejado pelos contingentes seria se manter na capital, Porto E Príncipe, mas com a demora na chegada dos batalhões de outros países, se dividiram em outras sete bases fora do centro na tentativa de maior alcance enquanto todos não estavam ali. Mesmo assim, pouco chegou até esses locais distantes da capital, cinco anos depois de se estabelecer, MINUSTAH não trouxe melhoras significativas para os polos distantes de seus acampamentos.

Além dessas dificuldades, os relatórios feitos pelos responsáveis brasileiros narraram outras que advinham da própria Organização das Nações Unidas. Nas missões de paz, é comum que parte do trabalho seja destinado para resolver conflitos de dois ou mais grupos, geralmente opostos, mas quais eram e se de fato havia um embate, não ficou claro para os militares e isso dificultou uma efetividade nos trabalhos antes de se habituarem aos locais em que estavam. Com a vinda do terremoto no país, em 2010, o número estimado de mortos varia entre os 100 e 200 mil, incluindo funcionários da ONU, que teve o prédio derrubado com os tremores. Conseqüentemente, as baixas haveriam de afetar MINUSTAH e atrapalhar a ajuda que estavam oferecendo, situação essa que foi ocultada de documentos de caráter oficial como os relatórios fornecidos ao Ministério de Relações Exteriores, que inclusive exalta uma ativa participação das forças militares como se não tivessem sido atingidos.

De acordo com o antropólogo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Federico Neiburg, em entrevista fornecida ao jornal O Globo:

“Imediatamente depois do terremoto, a MINUSTAH e as tropas brasileiras ficaram absolutamente paralisadas. As baixas brasileiras podem explicar em parte a demora em reagir. Mas isso explica muito pouco. A população esperou dias e dias que houvesse presença da ONU em Porto Príncipe, que é área de atuação do batalhão brasileiro, e do Brasil nas ruas. Isso não houve. Isso foi uma oportunidade perdida.”

O mesmo dá continuidade ao assunto da perda de controle do comando depois do terremoto:

O que está acontecendo hoje é um escândalo, porque as forças estão totalmente descoordenadas, o problema humanitário está sendo tratado com critérios militares e isso não é um bom sinal para o futuro do país.

Ainda, outro ponto é que o uso da força em missões de paz com a participação do Brasil se iniciou em MINUSTAH, segundo o contra almirante Carlos Chagas Vianna, por conta da violência já presentes com os grupos armados locais e para cumprir com os objetivos da missão, foi necessário. Inclusive com o uso intenso em algumas vezes, demandando grandes contingentes (especialmente nos três primeiros anos, quando os apoiadores do presidente deposto ainda eram em grande quantidade). São as leituras de situações assim, cotidianas e por muitas vezes ignoradas em documentos é que consegue-se perceber falhas menores que acabam afetando ainda mais a estrutura da ajuda humanitária concedida que parece ir perdendo o caráter cordial.

No período, Nelson Jobim, ministro da defesa no Brasil, assinou, conforme foi solicitado pela Organização das Nações Unidas, um documento que foi enviado ao Congresso Nacional para que o efetivo militar na missão dobrasse e alcançasse quase os três mil soldados, poucos dias antes do terremoto.

Quando se retirou de MINUSTAH em 2014, mais de oitenta mil haitianos ainda viviam em acampamentos para desabrigados. Um número menor do que quando desembarcaram, mas ainda sim, incômodo o suficiente para a ONU se posicionar sobre e dizer que não havia perspectiva de algo mais durável e seguro para essas pessoas além dos acampamentos.

A missão acaba sem grandes demonstrações por dados de que esse modelo de intervenção seria revolucionário, os resultados não trouxeram nada novo. Ficou ainda no ar a o pensamento inconcluso de que, se a ideia era um resultado diferente colocando países emergentes no comando da missão, as denúncias que se espalham e chegaram ao número de oitenta em 2014, ano em que o Brasil retirou seus soldados das terras do Haiti, o que mostra que no fim, o parâmetro do qual queriam se afastar, a violência tida como característica dos países desenvolvidos (e historicamente colonizadores) foi a que mais se aproximou do que realmente aconteceu, principalmente com a característica dos julgamentos e prisões arbitrárias, quando o poder se exerce de forma unilateral e a justiça pertence à quem tem estrutura suficiente para compra-la.

A existência de grupos civis armados, com os mais diversos propósitos, não constitui novidade na história do Haiti. Nem na atual, nem na passada. Sua independência veio de uma sangrenta batalha entre franceses e locais, que acabaram expulsando os europeus, por, ironicamente, ter chegado ao conhecimento de todos os novos ideais instituídos pela Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.



Durante MINUSTAH, a instabilidade política se devia, em partes, aos conflitos entre apoiadores e contrários á retirada do presidente e sendo um dos lados compostos em sua maioria por militares, o acesso ao armamento era facilitado por conta da profissão.

Mesmo assim, crimes como o estupro e outras formas de violência social continuavam acontecendo e mais ainda, passando por uma normalização ao ponto de não serem mais acontecimentos que causavam grande choque, apesar de muita indignação. O massacre da favela Cité Soleil (2007), em que vinte e sete civis foram mortos, sendo vinte deles mulheres com menos de dezoito anos de idade, aconteceram diante dos olhos da população. A busca dos soldados era pelo líder de uma gangue que, fugindo, teria se escondido entre as casas. Saíram de lá sem o suposto criminoso e com baixa de civis. Não é de se estranhar que em algum tempo, surgiram blocos de revoltosos pedindo a retirada da missão do país.

Sobre isso, o Oficial de Ligações do Exército Brasileiro, o coronel Ariovaldo Obregon admite em entrevista ao Jornal Contraponto:

“Houve tiros? Houve tiros. Houve mortes? Houve mortes. Foi uma coisa violenta. O haitiano é um cara violento. Usasse a força quando necessário. Tem que usar a força porque o perigo está na rua. E a ONU te permite isso. Usar a força que for adequada até o limite necessário.”

E quem definiria esse limite necessário cotidianamente, se não os próprios soldados que atuaram como se tivessem licença para invadir, matar e violentar? Quem os fiscalizaria, afinal? Pareciam, de certa forma, cientes de sua impunidade.

Em conversa com o jornal Brasil de Fato, o ativista e político haitiano Guerchang Bastia expôs o que viu da ONU durante a missão de paz e complementa a visão do coronel por outro ponto de vista:

"A MINUSTAH também fez muita violência contra os estudantes, contra os pobres que moram nas favelas. Estupraram as mulheres, os homens. Cometeram muita violência contra as pessoas no país e também trouxeram a epidemia de cólera. Foi um desastre muito grave feito pela ONU.”

A doença, à título de informação, matou mais de dez mil cidadãos haitianos e o indício mais forte de sua origem teria vindo dos dejetos de um acampamento de soldados do Nepal encarregados na MINUSTAH que foi lançado em um rio. Apesar das negativas dos representantes, o último caso registrado da doença tinha sido há quase cem anos atrás.

### **3. O RECEBIMENTO DAS DENUNCIAS E A MIDIA SOBRE O ASSUNTO**

Com a primeira leva de denúncias sendo acolhida quase em sua totalidade por jornais e sites independentes, o grande volume delas, as reportagens longas e até então, a curiosidade, já que nada se ouvira falar sobre esse tema até então, levaram grandes veículos á busca do que teria acontecido, o que causou maior comoção pelo alcance que o assunto agora conseguia. De modo geral, a repercussão foi imensa e noticiários do mundo inteiro soltaram pelo menos uma nota sobre o ocorrido. No Brasil, filiais da BBC, da própria ONU e mídias locais como o G1 e o Estadão também estamparam jornais com o que já se sabia das denúncias, inclusive a renúncia de funcionários que, insatisfeitos com a condução quase nula de investigações, deixaram os cargos.

Segundo a própria organização, em relatórios do Conselho de Segurança entre 2009 e 2015, as denúncias de violência sexual cometida pelos onusianos (como os soldados são chamados em

algumas entrevistas e estudos independentes sobre o assunto) tem crescido e continuam aparecendo.

Organizações não governamentais criticam a ausência de investigação dessas denúncias e a falta de proteção para as vítimas, que, já expostas à vulnerabilidade como todos os cidadãos afetados pelas adversidades, ainda sentem medo de falar sobre o que sofreram e levar os relatos adiante. Por vezes, nem sabem a quem devem recorrer em busca de ajuda.

Em maio de 2014, o senador haitiano Jean Charles Moïse esteve no Brasil para entregar um documento que pedia a retirada das tropas da ONU no país. Segundo ele, a presença das mesmas equivaleria a uma ocupação, com o país sob o controle de nações capitalistas e com a missão de estabilização do país longe de ser cumprida, tendo na verdade promovido violações de direitos humanos, incluindo os abusos sexuais, reforçando a ciência de figuras de autoridade e organizações sobre o que havia sido denunciado pelos haitianos. A ausência de informações não cabe nesse contexto como um motivo para o descaso promovido contra as vítimas.

Quase dois anos depois, em março de 2016, o então secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, emitiu um relatório sobre os casos de abusos sexuais por parte de agentes da organização coordenados em missões de paz. Nele consta que houve 99 denúncias de abusos em 2015 no contexto das operações de paz, sendo 69 cometidos por soldados e 30 por outros tipos de agentes, nove destes ligados aos soldados da MINUSTAH. Dessas alegações, 47 ainda permanecem sob investigação, 16, segundo ele, não teriam “fundamentos sólidos” para serem levadas adiante como denúncias e seis se confirmaram. Nada foi dito sobre quais seriam os critérios de análise.

Essas preocupações deveriam se aproximar ainda mais do comando brasileiro. Ouvida em 2017 pelo portal de notícias Sputnik, uma mulher haitiana denuncia o estupro que sofreu de um soldado brasileiro que, como em outro caso que ganhou notoriedade (dessa vez com soldados franceses) teria lhe oferecido um pacote de biscoitos. Depois de um dia inteiro sem conseguir encontrar nada para se alimentar, ela deixou os materiais da escola em casa e decidiu ir. Tentou abortar o feto, mas conseguiu somente metade do dinheiro para comprar um abortivo ilegal, mas popular no país e conta ter chorado muitas noites antes de dormir pedindo que Deus a matasse. Hoje, mais de dez anos depois, ela vive de favor em um cômodo da casa da tia com o filho:

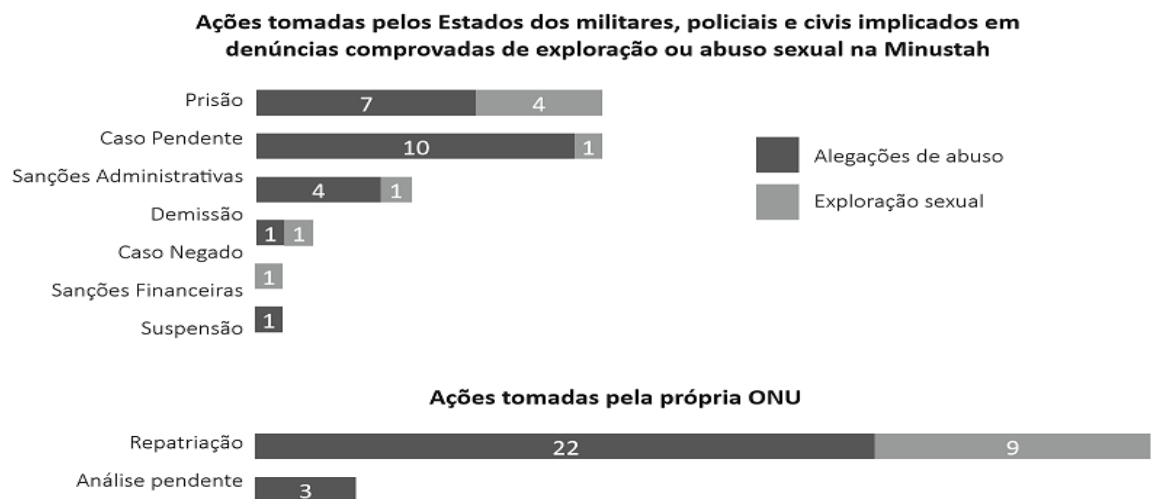
"Se eu conseguisse encontrar este homem, pediria que ajudasse meu filho a estudar. Eu não o perdoaria, mas quero que Ashford (nome dado ao filho) consiga ter uma vida melhor que a minha".

Ela ainda afirma não saber o nome do soldado e nem ter informações sobre sua patente, batalhão de origem e detalhes afins, mas ser capaz de reconhecê-lo se tivesse acesso a pelo menos uma foto dele.

O jornal ainda tentou levantar informações e localizar arquivos, quando descobriu que a rotatividade dos batalhões no período (2007) era quase semanal e que não havia uma escala ou lista dos encarregados e responsáveis, o máximo que conseguiram averiguar foi de onde teria saído um batalhão que poderia ter chegado à capital nos dias em que a vítima narra o acontecido: 6ª Brigada de Infantaria Blindada de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

### 3.1 TRIBUNAIS INTERNACIONAIS E SUAS COMPETÊNCIAS COMO POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO

Em nota ao portal Sputnik e em consonância com o que sempre anunciou em documentos oficiais, o Brasil continua não reconhecendo nenhum crime e muito menos alguma responsabilidade sobre os acontecimentos. Em nota de resposta aos jornalistas, relata o Ministério da Defesa: “conforme se pode comprovar nos registros da Unidade de Conduta e Disciplina da ONU, não houve nenhuma denúncia formal de prática de crimes dessa natureza contra militares brasileiros”. Sendo assim, a possibilidade que norteia o objetivo dessa pesquisa não pode se encaminhar pela jurisdição brasileira - que sequer reconhece - mesmo que a mínima possibilidade para conduzir uma investigação protagonizada nacionalmente. Infelizmente, a atitude se repete entre muitos Estados que foram parte de MINUSTAH, mantendo as luzes no fato de que a ONU considerou muitas denúncias inconsistentes demais para serem formalizadas, declaração dada sob um critério de análise que não foi citado em nenhuma das fontes levantadas, é difícil fazer maiores investigações sobre o assunto e averiguar a profundidade do que foi observado no que chegou ao conhecimento das autoridades.



Fonte: Sputnik Brasil

O exercício de jurisdição internacional pode ser acionado mediante a denúncia de um Estado-Parte ou do Conselho de Segurança afim de que o crime cometido seja investigado, além da possibilidade da Promotoria de poder agir de ofício, mas de toda forma, esse exercício é condicionado ao fato de que os Estados precisam assinar, reconhecer essa jurisdição como legítima para conduzir o que for necessário ao tempo em que qualquer ofensa chegue ao conhecimento destes.

O Tribunal Penal Internacional é uma das possibilidades mais conhecidas para a averiguação de situações como essa, contando, inclusive com instaurações de investigações anteriores no continente africano (em Uganda e no Congo) por violações nos Direitos Humanos, as denúncias foram realizadas por seus próprios Estados, que buscaram a figura do Tribunal para um posicionamento neutro do que acontecia em seus respectivos territórios. Se for o caso, o mesmo procedimento executado no Haiti em um caso que será destrinchado em tópico próprio, não seria objeto de grandes complicações tendo em vista que não é a primeira vez e os resultados anteriores foram satisfatórios.

Por mais que o art. 5 do Estatuto de Roma (que convencionou a Corte Penal Internacional) legisle sobre suas competências e fale diretamente de crimes como os de genocídio e contra a humanidade, os que atentem gravemente contra a integridade física e mental, além de incluir crimes de agressão, que na falta de uma conceituação, tem uma abrangência que receberia a possibilidade de ser ele a Corte responsável por investigar e, quando necessário, julgar os crimes cometidos no Haiti, por MINUSTAH e outras missões de paz que vieram antes e podem vir depois.

As análises acima feitas tratam de Cortes que já existem, mas, de forma alguma, esse fator seria suficiente para anular a possibilidade da criação de um Tribunal Internacional Integrado, um sistema jurídico global para certas áreas em comum à todos os países, como os Direitos Humanos ou do Meio Ambiente. A respeito disso, Bobbio (2004) observa que as atividades internacionais dos Direitos Humanos se classificam em promoção, controle e garantia, pensamento esse colocado no Tribunal Penal Internacional. Antes disso, a previsões dos direitos existiam, mas não havia legislação que positivasse os aparatos para que eles fossem respeitados e garantidos.

Além disso, não somente os meios convencionais de proteção podem ser acionados, mas também as resoluções que são elaboradas por Conselhos, Assembleias e outros órgãos interestatais, possibilidade essa alegada inclusive por representantes da justiça haitiana, como advogados militantes que defendem o direito de investigação das vítimas, figuras políticas e autoridades locais, cientes de que talvez essa preocupação não venha dos locais de origem desses soldados ou de suas próprias lideranças militares.

### 3.2 O USO DE UM CASO SOLUCIONADO COMO MODELO

Citando Alvin Toffler, considerado um futurista das letras e da ciência em fala sobre a ONU: “As Nações Unidas do futuro, ou a instituição que a substituir, terão como missão suprema a minimização dos conflitos - econômicos, políticos, religiosos, culturais e militares – que inevitavelmente surgirão [...]” E mesmo sendo essa uma concepção de futuro, está cada vez mais próxima da realidade. Os conflitos mediados não tem mais apenas um caráter, um único fato gerador e essa interdisciplinaridade problemática também exige das soluções um caráter ainda mais abrangente, buscando diversos pontos para possíveis respostas. Se o problema não é mais uno, a resolução não haverá de ser.

De acordo com a Convenção sobre Privilégios e Imunidade da ONU, as leis do país que recebe as tropas de paz não podem ser aplicadas aos agentes, cabendo ao seu país de origem utilizar a disciplina e punições quando necessárias. Tanto o Senado como os ministros da Justiça e das Relações Exteriores do Haiti pediram que a resolução fosse suspensa pela ONU para o país, para que os soldados fossem julgados por seus crimes pela justiça haitiana, jurisdição das vítimas.

Citando como exemplo para a demonstração dos trâmites de crimes de alcunha sexual, um gritante caso em que um garoto haitiano de 14 anos, com deficiência mental, foi estuprado dentro de um carro oficial por soldados paquistaneses e, mais adiante, como comprovam os exames feitos por profissionais trazidos pela ONU, a violência ocorria cotidianamente há anos, com o menino sendo literalmente “passado”, como um objeto, de um contingente para o outro. Perde-se nesse contexto a hipótese do caso isolado.

Após um primeiro encontro que parece ter vindo da pressão interna e externa vinda da política internacional sobre o ocorrido, o caso foi tratado da maneira que normalmente se procede em casos de abusos sexuais. O principal suspeito admitiu o abuso e foi expulso da corporação, sendo condenado a um ano de prisão no Paquistão.

Os dois outros agentes acusados como cúmplices também foram expulsos da corporação, mas não foram presos. Sobre qualquer investigação para outros contingentes ou outros possíveis acusados, não se tem informações.

Até o encerramento das pesquisas para a confecção deste artigo, o garoto está sob os cuidados do governo haitiano, vivendo em um abrigo especial fora de Porto Príncipe, visitado e monitorado por parentes como irmãos e primos, sem possuir relações com a ONU.

No que se refere ao combate a condutas violentas nas operações de paz da Organização, há atualmente no Haiti o que se intitula Focal Point on Sexual Abuse and Exploration (SEA). Este órgão recebe denúncias de abusos e é responsável por aumentar a consciência popular em relação ao tema - já que muitas dessas denúncias não chegaram ao conhecimento da população em geral - além de buscar repostas para as más condutas relacionadas aos abusos sexuais. O problema, no entanto, é que esse órgão de fiscalização também acumula as funções gerais e de treinamento das tropas, colocando vítimas e prováveis culpados sob mesma supervisão. Um documento do antigo secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, defende que sejam criados espaços seguros para as denúncias, com a disponibilidade, por meio de uma base de dados online, informações sobre os agressores e quais punições tiveram e se tiveram, por exemplo. Como regra geral, a disciplina é uma responsabilidade do país pacificador, a menos a imunidade seja suspensa pelo Secretário Geral, o que não acontece com militares e quase nunca com policiais. Entrelinhas, a organização parece resistente em assumir a responsabilidade das denúncias de fatos ocorridos durante as missões organizadas por ela.

Há pouco mais de uma década, as Nações Unidas intensificaram as medidas de informação e investigação para tentar resolver o número crescente dessas acusações, ou ao menos dar uma resposta para as partes que se envolveram. Assim foi criada a Unidade de Conduta e Disciplina (CDU). Sylvain Roy, político canadense que faz parte dessa unidade, insiste que a soberania do Estado-Membro não significa que a ONU seja impotente quando se trata de disciplina. “Existe a necessidade de uma parceria”, diz ele, “que seja reconhecida pelo Estado-Membro e que nos permita abordar e tentar encontrar uma solução de forma mais abrangente”

Em outras palavras, mesmo que a disciplina seja responsabilidade do país pacificador, a ONU pode tentar influenciar nessa decisão e inclusive apresentar provas e documentos que forem solicitados e que, em sua grande maioria, não estão acessíveis para as vítimas ou o próprio governo haitiano.

Cita-se ainda, o advogado da vítima menor de idade do exemplo relatado e de seus familiares: “Nós não conhecemos o Paquistão”, diz Dieujuste. “Quando vemos um carro com o símbolo da ONU, nós não sabemos se é francês ou o que é. A ONU é a instituição. Portanto, cabe à ONU acertar as contas”

## CONCLUSÃO

Abordar a história e as mudanças de um Estado que resultam em sua atual situação é um caminho longo e minucioso. Missões de paz não eram novidade no Haiti, aliás, estão presentes desde o início do processo de redemocratização, nos anos 1990. As maiores dificuldades do Estado se concentram em conseguir manter-se independente e caminhar com as próprias pernas sem a ajuda estrangeira. Que apesar de bem-vinda em tempos de necessidades básicas.

O principal objetivo de MINUSTAH não era tratar de diplomacia e política interna, mas ajudar a população e manter o mínimo de estabilidade militar aonde estivesse, embora não se deixe de notar que, mesmo com funções variadas, as intervenções acabam deixando resultados muito parecidos: melhorias esparsas, algum apoio social e pouca base para que um processo de reconstrução possa vir a acontecer. Muitos estudam a possibilidade de que isso seja feito propositalmente. Carsten Volkery, em artigo para a revista alemã *Der Spiegel*, afirma que o Brasil, França e Estados Unidos estariam brigando pela supremacia de controle haitiana e que o governo legal assistia tudo “desacordado”, sem manifestar-se sobre e colocando na mão de agentes externos decisões importantes.

Não há discordância da importância do Brasil nesses acontecimentos, não somente por ser parte da MINUSTAH, mas também por ser uma figura de liderança na missão. As denúncias feitas contra soldados brasileiros, sejam as de agressão física ou sexual não colocam em cheque uma validade político social das missões no recorte em que se encontram, mas sim buscam a justiça, princípio básico englobado nos direitos humanos, que estão entre seus principais propósitos de aplicação.

Os problemas que se sustentam desde a invasão europeia até os dias de hoje não serão solucionados a curto prazo, tanto pelo seu tamanho quanto por sua dificuldade, mesmo assim, espera-se que essa fragilidade histórica não seja um motivo e muito menos uma justificativa para novas violações. A política internacional brasileira, que visava a humanização das missões de paz, deixou muito em débito e se mostrou frágil perante a política internacional, sem se posicionar severamente contra os crimes cometidos e ainda, mesmo com a acusação de soldados brasileiros, com a única declaração alegando que a missão teria sido um sucesso.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Thiago Carvalho. **Direito Internacional Público e Direito Comunitário**. São Paulo: Atlas, 2011.

BRACKEN, Amy. **O que acontece quando um menino é estuprado pela MINUSTAH no Haiti?** 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/11/o-que-acontece-quando-um-menino-e-estuprado-pela-MINUSTAH-no-haiti/>>. Acesso em: 26 set. 2019.

BRACKEN, Amy. **O que acontece quando um menino é estuprado pela MINUSTAH no Haiti?** 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/11/o-que-acontece-quando-um-menino-e-estuprado-pela-MINUSTAH-no-haiti/>>. Acesso em: 26 set. 2019.

CAVALCANTE, Fernando. « **Sucesso ou fracasso? Uma avaliação dos resultados da MINUSTAH** », e-cadernos CES [Online], 06 | 2009, colocado online no dia 01 dezembro 2009, consultado a 17 setembro 2019. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/eces/342> > ; DOI : 10.4000/eces.342. Acesso em 08 de outubro de 2019.

CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ NO BRASIL (Brasil). **Participação do Brasil em MINUSTAH (2004-2017)**, 2018. Organizadores: Dra Eduarda Passarelli Hamann e Cel Carlos Augusto Ramires Teixeira. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape-MINUSTAH/Participao%20do%20Brasil%20na%20MINUSTA-2004-2017-BR.pdf#page=28>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

CORBELLINI, Mariana Dalalana. **Haiti: da crise à MINUSTAH**. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ENTREVISTA: **General Ajax Porto considera MINUSTAH missão cumprida**. 2017. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/entrevista-general-ajax-porto-considera-minustah-missao-cumprida/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

HARARI, Isabel. **MINUSTAH caminha para o oitavo ano de invasão e abusos**: Missões de paz em país caribenho encobrem política neo-colonizadora. 2011. Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo - PUC - SP. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/contraponto/article/viewFile/14807/10797>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

HARARI, Isabel. **MINUSTAH caminha para o oitavo ano de invasão e abusos**: Missões de paz em país caribenho encobrem política neo-colonizadora. 2011. Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo - PUC - SP. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/contraponto/article/viewFile/14807/10797>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

KATZ, Jonathan. **U.N. Admits Role in Cholera Epidemic in Haiti Image**. 2016. The New York Times. Disponível em: <[https://www.nytimes.com/2016/08/18/world/americas/united-nations-haiti-cholera.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2016/08/18/world/americas/united-nations-haiti-cholera.html?_r=0)>. Acesso em: 8 set. 2019.

LESSA, Marco Aurélio Gaspar. **A PARTICIPAÇÃO DOS CONTINGENTES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI (MINUSTAH)**. 2007. 115 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Curso de Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3453/ACF12A.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

MATIJASCIC, Vanessa Braga et al (Org.). **Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas: Reflexões e debates**. São Paulo: Unesp, 2014. 198 p.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direitos Humanos na Jurisprudência Internacional: Sentenças, Opiniões Consultivas, Decisões e Relatórios Internacionais**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MIRANDA, André. **No Haiti, missão da ONU chega ao fim com legado de ambiguidades: Liderada pelo Brasil, Minustah deixa país menos violento, mas ainda miserável, após 13 anos**. 2017. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/no-haiti-missao-da-onu-chega-ao-fim-com-legado-de-ambiguidades-1-21767810>>. Acesso em: 10 out. 2019.

NOVE anos após terremoto, Haiti melhora preparação para desastres naturais. 2017. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/nove-anos-apos-terremoto-haiti-melhora-preparacao-para-desastres-naturais/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

PATRICK, Igor. **Dor, miséria, impunidade: Haitianas abusadas por soldados da ONU contam suas histórias**. 2017. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/americas/201710039454002-relato-estupro-haitianas-soldados-onu-brasil-minustah-videos-fotos/>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

ROCCHI, Denise de. **MINUSTAH: avanços e desafios 10 anos depois**. 2014. X Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação SEPesq. Disponível em: <[https://www.uniritter.edu.br/uploads/eventos/sepesq/x\\_sepesq/arquivos\\_trabalhos/2966/440/461.pdf](https://www.uniritter.edu.br/uploads/eventos/sepesq/x_sepesq/arquivos_trabalhos/2966/440/461.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2019.

ROSA, Renata de Melo; CARVALHO, Amanda Sanches Daltro de. **O Brasil e a não-indiferença à crise haitiana: solidariedade ou retórica do discurso?** 10.5102/uri.v9i1.1388. *Universitas: Relações Internacionais*, [s.l.], v. 9, n. 1, p.487-509, 16 jun. 2011. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <http://dx.doi.org/10.5102/uri.v9i1.1388>. Disponível em:



<<https://docplayer.com.br/6341513-O-brasil-e-a-nao-indiferenca-a-crise-haitiana-solidariedade-ou-retorica-do-discurso.html>>. Acesso em: 07 out. 2019.

SÁ, Isabel Cristina de. **Os abusos sexuais cometidos pela MINUSTAH**. 2016. Disponível em: <<https://petripuc.wordpress.com/2016/08/10/os-abusos-sexuais-cometidos-pela-MINUSTAH/>>. Acesso em: 25 set. 2019

SÁ, Isabel Cristina de. **Os abusos sexuais cometidos pela MINUSTAH**. 2016. Disponível em: <<https://petripuc.wordpress.com/2016/08/10/os-abusos-sexuais-cometidos-pela-MINUSTAH/>>. Acesso em: 25 set. 2019

SILVA, Vanessa Martina. **Estupros, cólera e 30 mil mortos: conheça o legado da MINUSTAH no Haiti**. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/estupros-colera-e-30-mil-mortos-conheca-o-legado-da-MINUSTAH-no-haiti/>>. Acesso em: 01 set. 2019.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti, State Against Nation: The Origins and Legacy Of Duvalierism**. United States Of America: Library Of Congress, 1990. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/192GncVn4-DXFGCdDjtAzqY4DX4bxZj-7/view>>. Acesso em: 26 set. 2019.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana: A cooperação técnica como instrumento de solidariedade e ação diplomática**. Brasília: Funag, 2007. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=mK72TczkC2QC&oi=fnd&pg=PA7&dq=crise+no+haiti&ots=TBab5-8e0X&sig=MdOf06i-jqHCaSdp\\_wkbA-hcoQI&redir\\_esc=y#v=onepage&q=crise%20no%20haiti&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=mK72TczkC2QC&oi=fnd&pg=PA7&dq=crise+no+haiti&ots=TBab5-8e0X&sig=MdOf06i-jqHCaSdp_wkbA-hcoQI&redir_esc=y#v=onepage&q=crise%20no%20haiti&f=false)>. Acesso em: 15 out. 2019.